

Bancos pagam R\$ 10,3 milhões por executivo, em média, e adiam resposta às reivindicações

5% de aumento real para salários e demais verbas; aumento no piso salarial da categoria, de forma que alcance o salário mínimo ideal calculado pelo Dieese (R\$ 7.999,44); reajuste maior no VA e VR; valorização da PLR; e 14º salário.

Estas foram as principais reivindicações apresentadas pelo Comando Nacional dos Bancários – que representa a categoria nas tratativas da Campanha Nacional Unificada 2026 – nas negociações realizadas com a Fenaban em 30 de julho e 4 de agosto.

Nas negociações, a representação dos bancários tem destacado as prioridades apontadas pela categoria na Consulta Nacional, além de amplo conjunto de dados que mostra que os banqueiros – que lucraram R\$ 124 bilhões e registraram patrimônio líquido de R\$ 1,2 trilhão em 2025 – podem atender às reivindicações (*leia na página 2*) e que se faz necessário valorizar os trabalhadores (*leia na página 3*).



Na sexta mesa de negociação, bancários cobraram proposta que contemple a valorização, com aumento real, e proteção aos empregos (Foto: Seeb-SP)

CONSULTA NACIONAL APONTA AS PRIORIDADES DOS BANCÁRIOS

93% aumento real
63% aumento da PLR
51% reajuste maior no VA e no VR

“Um setor que lucrou R\$ 124 bilhões no ano passado; que cobre com folga toda a sua despesa do pessoal com tarifas cobradas dos clientes, uma receita secundária; no qual um

executivo ganha cerca de 120 vezes mais que um escriturário; pode e deve valorizar, com aumento real, o trabalhador que constrói seu resultado dia após dia”, destaca a presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro.

Uma vez apresentadas as reivindicações e os dados pelo Comando Nacional dos Bancários, a Fenaban informou que irá analisar as propostas e dará retorno nas próximas rodadas de negociação.

“Cobramos uma proposta concreta, que atenda às necessidades e expectativas da categoria. Bancários e bancárias devem ficar atentos

ao site e redes sociais do Sindicato para receberem nossas convocações para plenárias e outras ações de mobilização”, conclui Neiva Ribeiro.

DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO

R\$ 10,3 milhões

Remuneração per capita anual média de um diretor estatutário (média de 4 bancos)

120 vezes maior que a remuneração média anual de um escriturário

Banqueiros podem e devem pagar!

Os dados apresentados pelo Comando Nacional dos Bancários nas mesas de negociação mostram, de forma inequívoca, que os banqueiros possuem todas as condições para atender às reivindicações da categoria



Bancários precisam e merecem aumento real nos salários, PLR, VA, VR e demais verbas!

Além do cenário econômico e de lucratividade dos bancos, o Comando Nacional apresentou, nas mesas de negociação, dados sobre a trajetória da remuneração da categoria, que comprovam a necessidade de valorização dos trabalhadores



Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato, na negociação sobre Remuneração e Cláusulas Econômicas (Foto: Seeb-SP)

“Está evidente que a categoria bancária precisa e merece ser valorizada. A redução dos postos de trabalho levou a uma queda expressiva da massa salarial; existe um descompasso entre o crescimento do lucro dos bancos e o aumento real da remuneração dos bancários; a PLR, que já chegou a distribuir 14% do lucro em 1995, hoje é em média 5,9% nos privados; o poder de compra do VA e VR foi corroído pela inflação dos alimentos; o piso da categoria não chega ao valor do salário mínimo ideal calculado pelo Dieese, que é de R\$ 7.999,44. São dados que mostram que, além dos banqueiros possuírem condições, é justo e necessário o aumento real para os salários, PLR, VA, VR e demais verbas”

NEIVA RIBEIRO
Presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários

Saúde volta ao centro dos debates da Campanha Nacional dos Bancários 2026



Bancos múltiplos lideraram o ranking de atividades com maior número de afastamentos acidentários por saúde mental (Foto: Seeb-SP)

Na negociação do dia 30 de julho, a Fenaban também deu retorno das reivindicações dos bancários sobre saúde e condições de trabalho, apresentadas em mesa no dia 21 de julho. Porém, trouxe ataques aos direitos, rechaçados pelo Comando Nacional dos Bancários.

Entre suas reivindicações, os bancários cobram a participação da sua representação no plano de gerenciamento dos riscos psicossociais (PGR), conforme determina a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1).

A Fenaban sinalizou disposição para debater periodicamente o PGR nas Comissões de Organização dos Empregados (COEs) e na mesa nacional de negociação. "Consideramos um avanço e esperamos que estes debates resultem em medidas para prevenir o adoecimento", diz Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

Entretanto, a Fenaban argumentou que os dados referentes à saúde estariam sendo impactados por maior facilidade na obtenção de atestados, aumento no número de profissionais de saúde e ausência de perícia pelo INSS para afastamentos.

"O adoecimento não pode ser atribuído à maior facilidade de acesso a serviços e atestados, mas sim ao modelo de gestão dos bancos, marcado por metas abusivas, assédio e sobrecarga. Reforçamos nossas reivindicações, deixando claro que o debate deve ser focado na prevenção e melhoria das condições de trabalho. Não colocando em xeque atestados e afastamentos", enfatiza a presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro.

A Fenaban solicitou ainda a revisão da Cláusula 29 da CCT, que trata da complementação do benefício por incapacidade temporária. Os banqueiros colocaram como proposta que o médico do trabalho dos bancos possa avaliar, a cada 45 dias, a continuidade do direito.

O Comando Nacional ressaltou, no entanto, que repudia qualquer alteração que possa resultar em restrição de direitos ou prejuízos aos trabalhadores. A Fenaban então recuou da proposta, mas o debate será retomado nas próximas negociações.

Confira o resumo das negociações do BB e da Caixa

Banco do Brasil

17/7 | Inclusão e igualdade: trabalhadores cobraram avanços nas políticas de diversidade, apoio a PCDs, neurodivergentes, cuidadores e empregados endividados. O BB informou que avaliará as reivindicações.

23/7 | Saúde: denúncias de metas abusivas, assédio, adoecimento, cobrança por concurso público e solução para a Cassi. O banco ouviu as demandas, mas não apresentou respostas concretas.

31/7 | Carreira: reivindicadas valorização profissional, melhorias nas funções e revisão de distorções. O BB ficou de analisar as propostas.

Caixa Econômica Federal

17/7 | Relações de trabalho: empregados cobraram respostas sobre teletrabalho, substituição em cascata, licenças e outras pautas específicas. A Caixa não apresentou avanços.

23/7 | Carreira: defesa de novo PFG, novo PCS, critérios transparentes para o PSI e debate sobre metas, assédio, Saúde Caixa e atendimento digital. O banco não apresentou propostas.

31/7 | Promoção por mérito: a proposta da Caixa foi rejeitada pelos empregados por não atender às reivindicações. A representação dos trabalhadores cobrou avanços e continuidade das negociações.